



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11950 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

O FINANCIAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO AGRÍCOLA E COMERCIAL EM MINAS GERAIS: uma estratégia política defendida no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 ante a crise econômica do Estado

Alisson José da Silva Esteves Pereira - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O FINANCIAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO AGRÍCOLA E COMERCIAL EM MINAS GERAIS: uma estratégia política defendida no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 ante a crise econômica do Estado

Neste trabalho, analisaremos as propostas de financiamento do ensino primário agrícola e comercial ventiladas pela elite política mineira no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial que aconteceu entre os dias 13 a 19 de maio de 1903, em Belo Horizonte, Brasil. Compreendemos que o financiamento do ensino primário de cunho profissionalizante estaria direcionado a atender a interesses estratégicos da elite política e econômica que, em detrimento da crise do café, elaboravam estratégias para tentar amenizar o problema. Segundo Certeau (2014, p.93) “[...] toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios”. Sendo assim, pautando-nos nos pareceres finais dos anais do Congresso, buscaremos apresentar as propostas da instrução primária comercial e agrícola defendidas pelos congressistas e a aplicação deste ensino profissionalizante no Estado, a partir da responsabilização do governo de Minas pelo seu financiamento.

Ao término do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial foram apresentadas 64 teses conclusivas que propunham solucionar problemas enfrentados no campo da lavoura do café, nas indústrias, dentre outros setores de produção. Cabe ressaltar que, entre as 64 teses, havia a de número 55 que propunha a implementação do ensino comercial no ensino primário. Conforme a referida tese, “deve-se incluir no programa de ensino das escolas

primárias do Estado o ensino elementar comercial” (FUNDAÇÃO JP, 1981, p.129). Esta defesa foi encampada pelo coronel Ignácio Burlamaqui, o qual inferia que o ensino deveria ser prático e elementar, dividido em dois planos. Para o congressista,

No primeiro plano colocaremos uma escola prática subvencionada pelo Estado e funcionando sob a vigilância imediata da Associação Comercial. No último plano, com a instrução primária, o ensino em cada município, da escrituração mercantil e de noções de matemática comercial. Essa tarefa incumbirá aos próprios professores primários, ou, sendo possível, a professores especializados mantidos pelas municipalidades ou associações locais (FUNDAÇÃO JP, 1981, p.148).

Para o financiamento das escolas comerciais, Ignácio responsabilizava o Estado em mantê-las. Segundo o congressista,

Quanto a manutenção da escola, uma subvenção mínima pelo Estado de 25 contos e os donativos que não faltarão da classe (úteis sobretudo para o desenvolvimento do museu), poderão desde já, como acreditamos acorrer ao pagamento do cargo docente, à fundação do museu e a despesas gerais da administração (FUNDAÇÃO JP, 1981, p.148).

Além do financiamento do Estado, o congressista responsabilizava as Associações Comerciais, criadas nos centros comerciais, de investirem no ensino profissional, e assim afirmava, “as nossas esperanças vão mesmo além: estamos certos de que nosso Congresso não parará sem lançar as bases de todo o nosso ensino profissional, não só comercial como agrícola e industrial” (FUNDAÇÃO JP, 1981, p.149).

Cabe ressaltar que, também o congressista Dr. José Joaquim defendia a ideia de que era necessário instruir a população com um ensino profissional agrícola, capaz de gerar progresso nos setores comerciais. Conforme a memória apresentada por José Joaquim,

Organize-se o ensino profissional agrícola, primeiramente sob o ponto de vista prático, para que possa dar logo os primeiros resultados, vindo em seguida a forma superior, quando for de noção corrente entre os agricultores, a aplicação dos processos mecânicos da cultura (FUNDAÇÃO JP, 1981, p.143).

Percebe-se assim, que o ensino primário comercial ou profissional agrícola teria o intuito de ensinar o aluno a trabalhar, seja na agricultura, na indústria ou no comércio. De acordo com Almeida (2009, p.23) “os congressistas consideravam a educação profissionalizante dos trabalhadores de cada setor produtivo do Estado a melhor solução para o problema da organização do trabalho nos campos”. Na análise de Arroyo (1982), este ensino colaboraria para a diminuição da falta de mão de obra, uma vez que educaria as pessoas com um ensino técnico para serem bons trabalhadores. Na apreciação de Faria Filho (1990), este ensino cumpriria “[...] de maneira contundente, a necessidade de se educar o trabalhador mineiro para que constituísse mão de obra disciplinada e regular, bem como, por outro lado, de reprimir sua tendência à vadiagem, à irregularidade ao trabalho” (FARIA FILHO, 1990, p.80).

Afora isso, Faria Filho (1990) e Versieux (2010) asseguram que foi através deste Congresso que João Pinheiro organizará o ensino primário técnico prático e profissional no Estado através da Lei nº 444 de 1906. Segundo Almeida (2009), João Pinheiro,

[...] colocou em prática a política econômica voltada para o desenvolvimento social e priorizou a produção agrícola, a educação e a qualificação da mão de obra. O Estado fez investimentos de vulto na infraestrutura de instituições de ensino agrícola e nas modalidades de instrução elementar e prática. Isto foi considerado reflexo e incorporação das exigências feitas pelos fazendeiros, por ocasião da realização do Congresso (ALMEIDA, 2009, p.17).

Percebe-se assim que, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial buscou encontrar soluções para o problema econômico do Estado de acordo com os interesses das elites econômicas regionais, sobretudo, cafeeira. E, dentro das soluções, estava o financiamento da instrução primária profissionalizante voltada para a formação da população predominantemente pobre para o trabalho e o desenvolvimento da agricultura. Na concepção de Schueler (1999), a instrução primária pensada pela elite política não visava o estabelecimento de um programa de ensino repleto de conteúdos para uma formação erudita da população, mas um ensino primário que fosse lucrativo economicamente, por isso, o financiamento de um ensino destinado ao trabalho nas lavouras e indústrias, pois favoreceria a economia do Estado, enriqueceria os fazendeiros, comerciantes e industriais e formaria a população mais pobre para o trabalho, evitando até mesmo, segundo Faria Filho (1990) a vadiagem.

Palavras-chave: instrução primária agrícola e comercial, financiamento da educação, estratégias governamentais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kellen Tarciana de. O ensino primário agrícola: o caso do Instituto João Pinheiro em Minas Gerais (1909-1942) (Dissertação de Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ARROYO, Miguel Gonçalves. The making of the worker: education in Minas Gerais, Brazil (1888-1920) (Tese de Doutorado). Stanford University, School of Education, Stanford. 1982.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A República do Trabalho: a formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. In: Revista do Departamento de História e Departamento de Ciência Política FAFICH/UFMG, n.10, Caderno n.8, 1990.

FUNDAÇÃO JP (revista). O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, em 1903. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 11, n.ºs. 5/6, mai./jun. 1981. 220p.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. “Para os grandes males, os grandes remédios”. Propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2016.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. Revista Brasileira de História, v.19. n.37, set., 1999. p.59-84.

VERSIEUX, Daniela Pereira. Educação profissional agrícola em Minas Gerais no início do século XX e o ensino de adultos pelo método intuitivo. In: B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, jan./abr. 2012.